

PLANEJAMENTO DO CNE TEM INICIO NO RIO GRANDE DO SUL

Começou na manhã da quinta-feira dia 25 de janeiro, em Porto Alegre, o XXVII Seminário de Planejamento de Campanha Salarial, promovido pelo Coletivo Nacional dos Eletricitários, com apoio da Federação Nacional dos Urbanitários, a FNU.

Durante três dias, lideranças de vários estados estarão reunidos na capital gaúcha em uma semana em que a cidade foi sede de um dos momentos históricos vividos pela política brasileira, o julgamento do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva pelo Tribunal Regional Federal da 4 Região. A condenação de Lula, como não poderia ser diferente, esteve em pauta no evento que visa traçar estratégias para evitar a privatização, nas esferas estaduais e nacional, das estatais de energia elétrica.

Na primeira manhã de seminário, a discussão focou na realidade política e econômica brasileira e numa análise dos caminhos que fizeram o país chegar a situação atual. O presidente da FNU, Pedro Blois, abriu o debate enfatizando que é necessário unir forças para que os acordos coletivos na categoria avancem e que medidas políticas e jurídicas devem seguir sendo consideradas para barrar as privatizações.

Presente no evento, Ana Maria Spadari, presidente do Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Sul, a Senergisul, destacou que no Estado os servidores completam mais de um ano de luta contra o desejo do governo de pri-

vatizar a Companhia Estadual de Energia Elétrica, a CEEE, e lembrou que neste período a qualidade do serviço prestado segue sendo alta,

apesar do sucateamento e tentativas de enfraquecimento da companhia.

Além de Claudir Nespolo, presidente da Central Única dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul, compuseram a primeira mesa de debates José Álvaro Cardoso, supervisor técnico do Dieese de Santa Catarina e Róber Iturriet

Ávila, professor de economia da UFRGS.

Relembrando os últimos anos da economia brasileira, Róber mostrou que o momento atual é resultado de uma crise internacional, mas também de uma estratégia do governo Temer que optou pelo reajuste fiscal para atender ao mercado e buscar apoio, o que resultou no aumento do desemprego e baixa dos salários. “Obviamente,

o governo federal destaca que a inflação caiu, mas caiu porque os salários despencaram e o consumo diminuiu”, explicou.

Além dos aspectos políticos e econômicos, debates sobre pautas jurídicas também estão programadas para os próximos dias.

O seminário vai até sábado, quando o calendário do programa de privatização e as ações do CNE estarão em discussão.



O CAE que só vê o que quer!

Lamentável! CAE fecha os olhos para gritantes impropriedades e desvios éticos, e se apresenta como censor e bedel da categoria, além de defensor de membros “indefesos”.

O Conselho de Administração da Eletrobras - CAE, em mensagem divulgada no Fique por Dentro de 24/01/2018, acusa as entidades sindicais de terem agredido um de seus membros, registrando que vem “manifestar o seu repúdio a qualquer manifestação que se valha de expedientes escusos e covardes como agressões verbais, físicas e assédios”.

O Coletivo Nacional dos Eletricitários - CNE, em solidariedade as Entidades Sindicais da Base Rio, a respeito da mensagem do colegiado do Conselho de Administração da Eletrobras vem a público manifestar o seguinte:

1. Que é dever das Representações Sindicais defender com determinação todos os trabalhadores e trabalhadoras e, por conseguinte, a Eletrobras, sem omissão ou comportamento dúbio na luta contra a destruição das suas empresas decorrente do processo privatização;

2. Que discussões ocorridas em plenárias ou assembleias dizem respeito aos trabalhadores e trabalhadoras, não cabendo qualquer tipo de cerceamento por parte da direção ou membros do Conselho. Eventuais contratemporalidades ocorridos no calor das discussões devem ser resolvidos entre os associados e/ou

categorias, sem a necessidade de intervenções inoportunas;

3. Que esperou-se a manifestação do Conselho de Administração - CAE, quando o senhor Wilson Pinto Junior, em atitude antiética, chamou injustamente, os trabalhadores e trabalhadoras da Eletrobras de “vagabundos, safados e inúteis”, entretanto o CAE ficou mudo e não se dignou a pedir desculpas pela impropriedade cometida por um de seus membros;

4. Que para se obter justiça e correção do comportamento antiético citado foi necessário recorrer à Comissão de Ética Pública da Presidência da República, o que resultou na primeira advertência ética formal na história da Eletrobras

a um membro do CAE, o também presidente da Empresa Wilson Pinto Junior;

5. Que, infelizmente, na Eletrobras de hoje, a palavra ÉTICA vem sendo utilizada e exigida de maneira seletiva com foco apenas nos trabalhadores e trabalhadoras;

6. Por último, que o CAE, em linha com os princípios no Código de Ética e de Conduta e a vigilância quanto aos negócios da Empresa, se digne a determinar a apuração dos prejuízos causados à Eletrobras nas contratações de consultorias sem licitação na gestão de Wilson Pinto Junior, que decidiu abrir mão da competição entre proponentes.

